



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
MIGUEL DO GUAPORÉ**
Concurso Público 001/2026
EDITAL Nº 001/2026



PROCURADOR JURÍDICO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **60 questões** numeradas de 01 a 60, dispostas da seguinte maneira:
 - A) Questões de número 01 a 10, relativas à área de **LÍNGUA PORTUGUESA**.
 - B) Questões de número 11 a 20, relativas à área **DE LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**.
 - C) Questões de número 21 a 30, relativas à área de **CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.
 - D) Questões de número 31 a 60, relativas à área de **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**.
2. Confira se as quantidades e a ordem das questões do seu **CADERNO DE QUESTÕES** estão de acordo com as instruções anteriores, caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala, **IMEDIATAMENTE**, para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 04 opções. Apenas uma responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para a prova objetiva e discursiva é de **5 (CINCO) HORAS**.
5. Reserve os últimos trinta minutos para preencher o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. Quando terminar as provas, acene para chamar o aplicador e entregue-lhe este **CADERNO DE QUESTÕES, CARTÃO RESPOSTA e FOLHA DE REDAÇÃO**.
7. Você poderá deixar o local de provas **levando o CADERNO DE QUESTÕES**, somente após **decorridas 2 (DUAS) HORAS** do início da aplicação.
8. Somente poderão sair para **ir ao banheiro ou deixar o local de provas APÓS 1(UMA) HORA**. (Exceto Candidatos Que Tenha Incontinência Urinária, Ou Candidata Gestante)

BOA PROVA!

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 1 a 5.

Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos e cidadãs o direito de participar da vida política e da vida pública, podendo votar e serem votados, participando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo. Hoje, no entanto, o significado da cidadania assume contornos mais amplos, que extrapolam o sentido de apenas atender às necessidades políticas e sociais, e assume como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas.

Entender a cidadania a partir da redução do ser humano às suas relações sociais e políticas não é coerente com a multidimensionalidade que nos caracteriza e com a complexidade das relações que cada um e todas as pessoas estabelecem com o mundo à sua volta. Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável para todas as pessoas.

Uma questão a ser apontada é que atualmente as crianças e os adolescentes vão à escola para aprender as ciências, a língua, a matemática, a história, a física, a geografia, as artes, e apenas isso. Não existe o objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações. Entendemos que a escola, enquanto instituição pública criada pela sociedade para educar as futuras gerações, deve se preocupar também com a construção da cidadania, nos moldes que atualmente a entendemos. Se os pressupostos atuais da cidadania têm como base a garantia de uma vida digna e a participação na vida política e pública para todos os seres humanos e não apenas para uma pequena parcela da população, essa escola deve ser democrática, inclusiva e de qualidade, para todas as crianças e adolescentes. Para isso, deve promover, na teoria e na prática, as condições mínimas para que tais objetivos sejam alcançados na sociedade.

Ulisses F. Araújo

Em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2192-livro-etica-e-cidadania-pdf&Itemid=30192

QUESTÃO 1

Considerando a leitura do texto, sobre a cidadania, o autor afirma que:

- A) A cidadania se resume, atualmente, na defesa do cidadão de participar da vida política e social.
- B) Aprender as ciências, a língua, a matemática, a história, a física, a geografia, as artes são pertinentes conhecimentos ligados à cidadania.
- C) A cidadania envolve inúmeros aspectos ligados à conquista de uma vida digna e saudável para todas as pessoas.
- D) Toda escola, em seus modelos de ensino, priorizam a cidadania como matéria básica.

QUESTÃO 2

O texto relata que não existe o objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações, ou seja, não existe objetivo:

- A) enredado de formação ética e moral das futuras gerações.
- B) indubitável de formação ética e moral das futuras gerações.
- C) implícito de formação ética e moral das futuras gerações.
- D) inexplicável de formação ética e moral das futuras gerações.

QUESTÃO 3

Releia o trecho:

“Para isso, deve promover, na teoria e na prática, as condições mínimas para que tais objetivos sejam alcançados na sociedade.”

O trecho apontado faz referência:

- A) À escola.
- B) À cidadania.
- C) Aos estudantes.
- D) Ao ensino.

QUESTÃO 4

Analise o trecho, a seguir:

“Se os pressupostos atuais da cidadania **têm** como base a garantia de uma vida digna e a participação na vida política e pública para todos os seres humanos (...)”

O modo como o verbo foi aplicado, na oração, está correto, também, em:

- A) Esse fórum têm como papel essencial articular os diversos segmentos da comunidade escolar para que se disponham a atuar no desenvolvimento de ações mobilizadoras.
- B) Ele pode ser claramente percebido quando se têm uma atitude crítica e atenta para a compreensão da realidade.
- C) O Projeto de Direitos Humanos nas Escolas têm insistido na busca de formas de intervenção na organização escolar.
- D) Esses dois termos, ética e moral, têm significados próximos e, em geral, referem-se ao conjunto de princípios ou padrões de conduta que regulam as relações dos seres humanos com o mundo em que vivem.

QUESTÃO 5

Releia o trecho, a seguir:

“Entender a cidadania a partir da redução do ser humano às suas relações sociais e políticas não é coerente com a multidimensionalidade (...)”

O modo como a crase é utilizada, na oração, segue uma regra. Indique, entre as alternativas, onde a mesma é aplicada:

- A) Ao contrário, à medida que certas divergências afloravam, ficava mais claro que a independência dessas duas instâncias.
- B) Ficou patente, ao longo das discussões, a apreensão da perspectiva de uma educação vinculada à democracia e aos direitos humanos.
- C) O conflito torna-se, portanto, a matéria-prima à nossa constituição psíquica, cognitiva, afetiva, ideológica e social.
- D) A leitura analógica que essas obras permitem – por oposição à analítica exigida pelas primeiras – parece ter uma capacidade muito maior de promover a identificação com valores.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi empregada em estrito desacordo com seu significado no padrão culto da língua:

- A) O corregedor preferiu não incidir no mesmo equívoco procedimental verificado na correição pretérita.
- B) O gestor público optou por prescrever o comportamento ético exigido no manual de conduta dos fiscais.
- C) O servidor solicitou a dispensa formal porque alegou infringir as normas vigentes da repartição pública.
- D) Diante do impasse administrativo, o procurador resolveu diferir o exame do mérito para a sessão seguinte.

QUESTÃO 7

Análise as frases abaixo e identifique aquela em que o **QUE** exerce a função de conjunção integrante — introduzindo uma oração subordinada substantiva:

- A) O livro **que** comprei ontem estava em promoção na livraria do centro.
- B) Foi tão intensa a chuva **que** as ruas ficaram completamente alagadas.
- C) Todos sabiam **que** a reunião seria cancelada por falta de quórum.
- D) Há mais problemas no projeto **que** o gerente imagina poder resolver.

QUESTÃO 8

Leia as frases abaixo e assinale a alternativa em que o OU exerce valor de equivalência ou explicação — e não de alternância ou exclusão entre os termos:

- A) Você prefere café ou chá com o seu café da manhã hoje?
- B) Chegue cedo ou perderá o início da apresentação do novo projeto.
- C) Estudem com atenção ou não conseguirão aprovação na prova final.
- D) O pediatra ou médico de crianças atendeu todos os pacientes da fila.

QUESTÃO 9

Considere o período:

"Embora a digitalização integral dos processos tributários municipais tenha reduzido em 40% o tempo médio de tramitação das impugnações de IPTU, o índice de recursos com efeito suspensivo deferidos pela Junta de Recursos Fiscais permaneceu estável ao longo de 2025."

Com base exclusivamente nas informações textuais do excerto, é correto afirmar que:

- A) A celeridade processual conquistada eliminou as decisões favoráveis aos contribuintes recorrentes.
- B) A estabilidade das decisões concessivas de efeito suspensivo ocorreu paralelamente ao encurtamento do rito processual.
- C) O aumento da arrecadação tributária municipal foi consequência direta da modernização eletrônica dos autos.
- D) O tempo de tramitação dos litígios caiu quase pela metade em função da rejeição liminar de impugnações protelatórias.

QUESTÃO 10

Considere a seguinte assertiva veiculada em circular interna de uma autarquia:

"A partir deste exercício orçamentário, a liberação de diárias de viagem passará a exigir comprovação documental prévia da economicidade da rota pelo setor solicitante."

A construção sintático-semântica do trecho carrega como pressuposto inegável que, até o exercício anterior:

- A) As diárias de viagem eram concedidas sem a exigência formal e antecipada de demonstração documental do menor custo de trajeto.
- B) Todos os pedidos de deslocamento encaminhados com valores excessivos eram indeferidos de pronto pela administração.
- C) O custeio das viagens intermunicipais de servidores decorria unicamente do rateio financeiro entre os participantes da comitiva.
- D) O setor solicitante já realizava a comprovação documental prévia da economicidade da rota de forma espontânea.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

De acordo com o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para interposição de recurso ordinário em face do julgamento das propostas ou do ato de habilitação/inabilitação de licitante é de:

- A) 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.
- B) 5 (cinco) dias úteis, admitida dilação para 10 dias corridos em obras de engenharia.
- C) 8 (oito) dias corridos, contados da disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- D) 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo automático e irrestrito sobre todas as fases.

QUESTÃO 12

Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI), a informação considerada imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado classificada no grau secreto vigora pelo prazo máximo de:

- A) 25 (vinte e cinco) anos.
- B) 15 (quinze) anos.
- C) 10 (dez) anos.
- D) 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 13

Conforme as definições do art. 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a pessoa natural ou jurídica indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre a instituição, os titulares e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é o:

- A) Suboperador de dados estruturados.
- B) Encarregado (Data Protection Officer).
- C) Auditor independente de conformidade.
- D) Custodiante setorial de segurança da informação.

QUESTÃO 14

Nos termos do art. 23 da Lei nº 8.429/1992 (com alterações da Lei nº 14.230/2021), a ação destinada a levar a efeito as sanções por ato de improbidade administrativa prescreve em:

- A) 5 (cinco) anos, contados exclusivamente do término do mandato eletivo, do cargo em comissão ou da função de confiança.
- B) 4 (quatro) anos, contados da instauração formal do inquérito civil perante o Ministério Público.
- C) 8 (oito) anos, contados a partir da data da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- D) 10 (dez) anos, ressalvada a imprescritibilidade absoluta de qualquer ação que apure violação a princípios administrativos.

QUESTÃO 15

Nos termos do art. 71 da Constituição Federal de 1988, o controle externo a cargo do Poder Legislativo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas. Diante de irregularidade insanável ou ilegalidade constatada em despesa pública, compete diretamente à Corte de Contas:

- A) Determinar prazo para que o órgão adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e, se não atendido, sustar a execução do ato impugnado.
- B) Declarar a perda do mandato eletivo do Chefe do Poder Executivo ordenador de despesa após rejeição de contas de governo.
- C) Revogar, de ofício e em caráter definitivo, o contrato administrativo e determinar a imediata realização de nova licitação.
- D) Decretar, por decisão autônoma e sumária de seu plenário, a quebra de sigilo telefônico dos responsáveis pelas contas julgadas irregulares.

QUESTÃO 16

A respeito da disciplina constitucional do sistema de controle interno (art. 74 da CF/88) e de sua articulação com o controle externo, assinale a afirmativa correta:

- A) O controle interno é privativo do Poder Executivo, sendo vedada a criação de órgãos setoriais de controle interno no âmbito do Poder Judiciário.
- B) A legitimidade para denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas restringe-se exclusivamente aos membros do Ministério Público de Contas.
- C) As decisões do controle interno possuem força vinculante e eficácia executiva imediata sobre o julgamento técnico proferido pelo Tribunal de Contas.
- D) Os responsáveis pelo controle interno que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade dela darão ciência ao Tribunal de Contas competente, sob pena de responsabilidade solidária.

QUESTÃO 17

Pelo Estatuto dos Servidores Públicos de São Miguel do Guaporé, os registros de advertência e suspensão serão cancelados, respectivamente, após:

- A) Um e dois anos.
- B) Dois e quatro anos.
- C) Três e cinco anos.
- D) Cinco e oito anos.

QUESTÃO 18

No Plano de Cargos e Salários da Câmara, os percentuais previstos para progressão em categoria e progressão em classe correspondem, respectivamente, a:

- A) 3% e 2%.
- B) 3% e 5%.
- C) 5% e 10%.
- D) 2% e 3%.

QUESTÃO 19

Em conformidade com as regras gerais sobre o processo legislativo e a competência da Câmara Municipal expressas na Lei Orgânica do Município de São Miguel do Guaporé/RO, as emendas à referida Lei Orgânica serão promulgadas pela(o):

- A) Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- B) Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.
- C) Procurador-Geral do Município, após homologação judicial.
- D) Mesa Diretora da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

QUESTÃO 20

Conforme o Regimento Interno da Câmara de São Miguel do Guaporé, as três Comissões Permanentes são compostas, cada uma, por:

- A) Dois membros.
- B) Três membros.
- C) Quatro membros.

D) Cinco membros.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 21

Dos crimes contra a administração pública, define-se como concussão:

- A) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- B) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
- C) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- D) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

QUESTÃO 22

Com a vigência da Lei nº 14.230/2021, a caracterização de improbidade administrativa por ofensa aos princípios da administração pública (art. 11 da LIA) passou a exigir que a conduta:

- A) Amolde-se estritamente às hipóteses taxativas (numerus clausus) expressamente previstas nos incisos do respectivo artigo.
- B) Seja enquadrada em cláusula geral aberta por analogia judicial, bastando a constatação de mera culpa funcional grave.
- C) Dispense a demonstração de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado pelo Estado.
- D) Gere enriquecimento patrimonial ilícito direto para o agente público infrator.

QUESTÃO 23

A respeito do regime da tutela de urgência de indisponibilidade de bens disciplinado no art. 16 da Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa correta:

- A) A indisponibilidade recai de forma automática e presumida (periculum in mora presumido), sem necessidade de prova de risco de dilapidação.
- B) O deferimento da medida prescinde da demonstração de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.
- C) A indisponibilidade pode alcançar bens da pessoa jurídica que não participou do ato e não auferiu qualquer benefício financeiro.
- D) O pedido de indisponibilidade exige a demonstração, no caso concreto, de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, vedada a presunção de dilapidação.

QUESTÃO 24

Conforme o art. 4º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), em caso de alteração contratual,

transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, a responsabilidade da pessoa jurídica:

- A) Extingue-se integralmente em relação às obrigações pecuniárias decorrentes de atos ilícitos pretéritos da sociedade incorporada.
- B) Converte-se em responsabilidade estritamente subjetiva com ônus exclusivo de prova transferido para a Administração Pública lesada.
- C) Subsiste, limitando-se a responsabilidade dos sucessores, nos casos de fusão e incorporação, até o limite do patrimônio transferido, quanto ao pagamento de multa e reparação integral do dano.
- D) Transfere-se integralmente com incidência ilimitada de novas sanções de perdimento de bens além do patrimônio transferido.

QUESTÃO 25

Nos termos do art. 16 da Lei Anticorrupção, a celebração de acordo de leniência pela autoridade administrativa competente com a pessoa jurídica colaboradora pressupõe a observância de requisitos legais cumulativos, dentre os quais figura:

- A) A exigência de que a pessoa jurídica admita a conduta sem a obrigação de cessar seu envolvimento na infração apurada.
- B) A comprovação de que a empresa foi a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante.
- C) A dispensa irrestrita do ressarcimento da totalidade do dano causado ao erário público.
- D) A homologação prévia e indispensável pelo Tribunal de Contas respectivo sob pena de nulidade absoluta do termo.

QUESTÃO 26

No peculato culposo, a reparação do dano realizada após sentença irrecorrível produz qual efeito:

- A) Extingue a punibilidade.
- B) Reduz metade da pena.
- C) Exclui a culpabilidade.
- D) Afasta a reincidência.

QUESTÃO 27

O agente exige vantagem indevida antes de assumir a função pública, mas em razão dela. Conforme o Código Penal, configura-se:

- A) Prevaricação.
- B) Corrupção ativa.
- C) Concussão.
- D) Advocacia administrativa.

QUESTÃO 28

O funcionário, cedendo à influência de terceiro, deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional. A conduta caracteriza:

- A) Peculato culposo.

- B) Condescendência criminosa.
- C) Corrupção passiva simples.
- D) Corrupção passiva privilegiada.

QUESTÃO 29

Para efeitos penais, equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa contratada pela Administração para executar:

- A) Atividade administrativa típica.
- B) Atividade econômica privada.
- C) Serviço comercial autônomo.
- D) Empreendimento industrial comum.

QUESTÃO 30

Dos crimes contra a administração pública, excesso de exação é caracterizado por:

- A) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- B) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- C) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
- D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Em ação indenizatória proposta contra Município em virtude de vazamento de dados pessoais comuns (nome, CPF e endereço) cadastrados em sistema fazendário local, sem demonstração de acesso indevido por terceiros ou dano concreto decorrente, a pretensão indenizatória por dano moral:

- A) É improcedente segundo o STJ, pois o vazamento de dados pessoais comuns não configura dano moral in re ipsa, exigindo prova de efetivo prejuízo ou exposição lesiva.
- B) Deve ser acolhida com base na responsabilidade civil objetiva autônoma prevista no art. 42 da LGPD, que presume o abalo extrapatrimonial decorrente de falha de segurança estatal.
- C) Enseja condenação solidária automática entre a Fazenda Municipal e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), independentemente de pedido expresso na petição inicial.
- D) Depende de prévia instauração e conclusão de processo administrativo sancionador perante a ANPD para reconhecimento do interesse processual de agir.

QUESTÃO 32

Nos termos da Lei Federal nº 13.460/2017 (Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos), a respeito do acompanhamento dos serviços e das manifestações dos usuários perante a Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) A atuação nos Conselhos de Usuários constitui múnus público com remuneração fixada mediante jeton proporcional às sessões deliberativas.
- B) As ouvidorias públicas têm competência para aplicar penalidades disciplinares diretas aos servidores que cometerem abusos relatados pelos usuários.
- C) Os Conselhos de Usuários possuem natureza consultiva, competindo-lhes acompanhar a prestação dos serviços públicos, participar na avaliação de sua qualidade e propor melhorias.
- D) A denúncia encaminhada pelo usuário prescinde de qualquer elemento indiciário de materialidade para ensejar abertura sumária de processo administrativo sancionatório.

QUESTÃO 33

Conforme as balizas hermenêuticas introduzidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a anulação de ato administrativo com fundamento em incerteza jurídica ou violação a valor jurídico abstrato:

- A) Prescinde da consideração das consequências práticas da decisão quando se tratar de controle externo de contas pelo Poder Legislativo.
- B) Exige que a decisão judicial, controladora ou administrativa indique as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
- C) Permite ao julgador impor ao gestor público a reparação integral de danos hipotéticos independentemente da comprovação de dolo ou erro grosseiro.
- D) Impõe a anulação com efeitos retroativos absolutos (ex tunc), sendo vedada a modulação temporal de efeitos em decisões que declarem a invalidade de normas infralegais.

QUESTÃO 34

Indeferido o acesso à informação, o recurso previsto no art. 15 da Lei nº 12.527/2011 será interposto e decidido, respectivamente, nos prazos de:

- A) dez e cinco dias.
- B) cinco e dez dias.
- C) dez e quinze dias.
- D) quinze e cinco dias.

QUESTÃO 35

Nos termos do art. 22, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, os riscos supervenientes associados à escolha da solução do projeto básico, na contratação integrada, serão alocados:

- A) ao projetista contratado.
- B) à responsabilidade do contratado.
- C) à responsabilidade do contratante.
- D) proporcionalmente entre as partes.

QUESTÃO 36

Segundo o art. 21, II, da Lei nº 8.429/1992, a aplicação das sanções por improbidade administrativa independe:

- A) da comprovação do dolo.
- B) da tipificação da conduta.
- C) da lesividade relevante.
- D) da rejeição das contas.

QUESTÃO 37

Em relação aos limites constitucionais dos poderes de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e à jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:

- A) A CPI detém poderes instrutórios judiciais amplos, sendo-lhe constitucionalmente legítimo decretar, por deliberação fundamentada de sua maioria, a quebra de sigilo bancário e a indisponibilidade cautelar de bens dos investigados.
- B) As CPIs municipais instauradas no âmbito da Câmara de Vereadores possuem prerrogativa implícita para determinar diretamente a quebra de sigilo telefônico de autoridades municipais sem prévia intervenção jurisdicional.
- C) É lícito à CPI estadual determinar a quebra do sigilo fiscal e de dados telemáticos de investigado, desde que mediante decisão colegiada devidamente motivada, restando-lhe vedada, contudo, a determinação de busca e apreensão domiciliar.
- D) O investigado convocado para prestar depoimento perante CPI na condição de testemunha ostenta o dever legal irrestrito de depor, não podendo invocar o privilégio contra a autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*).

QUESTÃO 38

A respeito das garantias processuais, nulidades e prerrogativas aplicáveis ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de acordo com a jurisprudência dominante do STF e do STJ, é correto afirmar que:

- A) A nulidade no PAD exige a efetiva demonstração de prejuízo à defesa (*pas de nullité sans grief*), não sendo a simples inversão na ordem de inquirição de testemunhas apta a ensejar, por si só, a invalidação do ato demissório.
- B) A autoridade julgadora vincula-se de modo cogente e irrestrito às conclusões fáticas e sancionatórias apresentadas no relatório final da comissão processante disciplinar.
- C) A falta de defesa técnica exercida por advogado ou defensor público no processo administrativo disciplinar importa em nulidade absoluta automática de todo o procedimento demissório.

- D) É vedada a utilização, em sede de PAD, de prova emprestada oriunda de interceptação telefônica colhida licitamente em processo penal, ante a incomunicabilidade das instâncias.

QUESTÃO 39

Em face das alterações substanciais promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa e da jurisprudência firmada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta:

- A) A nomeação de cônjuge para cargo político de Secretário Municipal configura automaticamente ato de improbidade administrativa por ofensa a princípios (art. 11), independentemente da demonstração de inequívoca falta de qualificação técnica ou inidoneidade moral.
- B) O descumprimento de prazos regimentais ou legais por parte do agente público constitui ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios, mesmo quando desprovido de comprovação de benefício próprio ou de terceiro.
- C) As sanções cominadas pelo cometimento de atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11) mantêm hígida a pena de suspensão de direitos políticos de até 12 anos.
- D) A propositura de ação de improbidade administrativa exige a individualização expressa da conduta do réu e a demonstração da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, sendo inepta a petição inicial que apenas transcreve dispositivos legais genéricos.

QUESTÃO 40

Conforme o art. 9º, § 2º, do Decreto-Lei nº 4.657/1942 — LINDB, a obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar:

- A) da residência do proponente.
- B) da residência do aceitante.
- C) da celebração formal.
- D) do cumprimento obrigacional.

QUESTÃO 41

Nos termos do art. 75, § 1º, da Lei nº 10.406/2002 — Código Civil, havendo estabelecimentos da pessoa jurídica em lugares diferentes, considera-se domicílio:

- A) exclusivamente sua sede.
- B) cada estabelecimento, pelos atos locais.
- C) o foro da diretoria.
- D) o local do registro.

QUESTÃO 42

Segundo o art. 167 da Lei nº 10.406/2002 — Código Civil, reconhecida a simulação relativa, o negócio dissimulado:

- A) será sempre anulável.
- B) convalidará pelo decurso do tempo.
- C) dependerá de confirmação judicial expressa.
- D) subsistirá se for válido na substância e na forma.

QUESTÃO 43

Nos termos da Súmula Vinculante nº 10 do STF e do art. 97 da CF/88, a violação à cláusula de reserva de plenário ocorre quando o órgão fracionário de tribunal:

- A) Rejeita a arguição de inconstitucionalidade com amparo na literalidade da norma impugnada.
- B) Aplica jurisprudência consolidada do plenário do próprio tribunal que declarou a higidez do ato.
- C) Afasta a incidência de lei ou ato normativo infraconstitucional, no todo ou em parte, com base em fundamento constitucional, sem declarar formalmente a inconstitucionalidade.
- D) Suspende o processamento do recurso originário para aguardar julgamento de repercussão geral correlata pelo STF.

QUESTÃO 44

A respeito do regime jurídico da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF / Lei nº 9.882/1999) e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- A) É inadmissível a impetração de ADPF contra lei municipal em face da Constituição Federal ante a incompetência absoluta do Supremo Tribunal Federal.
- B) Aplica-se o princípio da subsidiariedade, inadmitindo-se a ADPF quando houver qualquer outro meio processual eficaz e com idêntica amplitude capaz de sanar a lesividade.
- C) A decisão proferida pelo pleno do STF em ADPF opera efeitos meramente inter partes, exigindo resolução do Senado para conferir eficácia erga omnes.
- D) É cabível a interposição de recurso extraordinário com repercussão geral em face de acórdão proferido originariamente pelo pleno do STF em sede de ADPF.

QUESTÃO 45

Conforme o art. 103-A da CF/88 e a jurisprudência do STF, o cabimento de Reclamação Constitucional contra ato judicial ou administrativo que contrarie Súmula Vinculante exige:

- A) Autorização prévia e discricionária do Procurador-Geral da República.
- B) Esgotamento das instâncias recursais ordinárias exclusivamente na hipótese de ato omissivo ou comissivo praticado pelo Poder Executivo.
- C) Demonstração de estrita aderência temática (pertinência material) entre o ato impugnado e o conteúdo vinculante do enunciado sumular.
- D) Depósito judicial preparatório de caução financeira no valor equivalente a dez salários mínimos legais.

QUESTÃO 46

Conforme o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, o empenho não liquidado vinculado a crédito plurienal será computado em Restos a Pagar:

- A) no primeiro ano do crédito.

- B) após o reconhecimento da dívida.
- C) em cada exercício financeiro.
- D) no último ano de vigência.

QUESTÃO 47

Na apuração da disponibilidade de caixa exigida pelo art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, serão considerados:

- A) encargos e despesas compromissadas.
- B) créditos adicionais reabertos.
- C) ativos de liquidez futura.
- D) receitas ainda não lançadas.

QUESTÃO 48

Segundo a tese fixada pelo STF no Tema 899 da repercussão geral — RE nº 636.886, a pretensão de ressarcimento fundada em decisão de Tribunal de Contas é:

- A) imprescritível por natureza.
- B) submetida à prescrição.
- C) decadencial em cinco anos.
- D) condicionada à improbidade.

QUESTÃO 49

Nos termos do art. 158-B do Código de Processo Penal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a etapa da cadeia de custódia compreendida como o ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial denomina-se:

- A) Fixação.
- B) Isolamento.
- C) Coleta.
- D) Reconhecimento.

QUESTÃO 50

Em matéria de prisões e medidas cautelares diversas da prisão (arts. 282 e 311 do CPP), segundo o regime introduzido pelo Pacote Anticrime e a jurisprudência pacificada do STF e STJ, é defeso ao magistrado:

- A) Decretar a prisão preventiva de ofício durante o curso da ação penal ou no âmbito do inquérito policial.
- B) Revogar a prisão preventiva de ofício quando verificar a cessação dos motivos que a determinaram.
- C) Substituir a prisão preventiva por cautelar alternativa a requerimento do Ministério Público.
- D) Impor medidas cautelares diversas da prisão mediante representação formal da autoridade policial.

QUESTÃO 51

No que tange aos remédios constitucionais e aos recursos no processo penal, consoante entendimento sumulado e jurisprudência vinculante dos Tribunais Superiores, assinala a opção correta:

- A) É cabível a impetração de mandado de segurança pela acusação para conferir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito desprovido de tal eficácia por lei.

- B) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa ou quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- C) Admite-se o manejo de habeas corpus por pessoa jurídica que figure como ré em ação penal por crime contra a ordem tributária.
- D) A interposição de apelação criminal pela defesa prescinde de sucumbência ou gravame decorrente do dispositivo sentencial.

QUESTÃO 52

Nos termos estritos da redação dada ao art. 7º, § 6º-G, da Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), a autoridade responsável informará à Seccional da OAB a data, o horário e o local em que será realizada a análise dos documentos e dos equipamentos apreendidos em dependências ligadas ao exercício da advocacia, para fins de acompanhamento pelo representante da Ordem, com antecedência mínima de:

- A) 12 (doze) horas.
- B) 24 (vinte e quatro) horas.
- C) 48 (quarenta e oito) horas.
- D) 72 (setenta e duas) horas.

QUESTÃO 53

Segundo o art. 5º, § 4º, da Lei nº 8.906/1994, a consultoria e a assessoria jurídicas:

- A) exigem procuração específica.
- B) dependem de contrato escrito.
- C) admitem exclusivamente forma escrita.
- D) independem da outorga de mandato.

QUESTÃO 54

Nos termos do art. 26, § 1º, do Código de Ética e Disciplina da OAB, o substabelecimento sem reserva de poderes exige:

- A) prévio conhecimento inequívoco.
- B) autorização judicial expressa.
- C) homologação do constituinte.
- D) comunicação posterior comprovada.

QUESTÃO 55

Acerca do regime da responsabilidade civil por dano ambiental e da jurisprudência vinculante dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- A) É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental, aplicando-se a teoria do risco integral ao poluidor.
- B) A obrigação de recuperar a degradação ambiental possui natureza pessoal, extinguindo-se com a alienação do imóvel a terceiro de boa-fé.
- C) Admite-se a excludente de caso fortuito ou força maior para afastar o dever de indenizar do degradador direto ou indireto.
- D) A inversão do ônus da prova é vedada nas ações civis públicas ambientais, incumbindo exclusivamente ao autor a prova do nexo causal.

QUESTÃO 56

Conforme o Decreto-Lei nº 25/1937 e o entendimento jurisprudencial do STF e STJ sobre o instituto do tombamento, é correto afirmar que:

- A) O tombamento gera a transferência compulsória da propriedade do bem para o patrimônio público, sem direito a indenização.
- B) Os bens tombados não podem, em caso nenhum, ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem reparados ou pintados sem prévia autorização do órgão competente.
- C) É defeso ao Poder Público municipal instituir tombamento sobre bens de propriedade da União ou dos Estados-membros.
- D) A alienação onerosa de bem tombado pertencente a particular prescinde de notificação do direito de preferência aos entes federados.

QUESTÃO 57

Nos termos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), o instrumento urbanístico que confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares denomina-se:

- A) Outorga onerosa do direito de construir.
- B) Operação urbana consorciada.
- C) Direito de preempção.
- D) Transferência do direito de construir.

QUESTÃO 58

À luz dos arts. 132 e 134, § 1º, da Constituição Federal, a garantia expressamente assegurada aos defensores públicos, mas não aos procuradores estaduais, é a:

- A) inamovibilidade.
- B) vitaliciedade.
- C) irredutibilidade remuneratória.
- D) estabilidade bienal.

QUESTÃO 59

Conforme o art. 22, II, da Constituição Federal e o art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, compete, respectivamente, legislar sobre desapropriação e declarar a utilidade pública municipal:

- A) ao Estado e à Câmara.
- B) à União e à Câmara.
- C) à União e ao Prefeito.
- D) ao Município e ao Prefeito.

QUESTÃO 60

Segundo o art. 173, § 2º, da Constituição Federal, empresa pública exploradora de atividade econômica poderá usufruir privilégio fiscal:

- A) mediante decreto autônomo.
- B) por relevante interesse coletivo.
- C) quando instituído pela União.
- D) se extensivo ao setor privado.